



A DIPLOMACIA DO MARECHAL

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Paulo Elias Martins de Moraes
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Sergio Corrêa da Costa

A DIPLOMACIA DO MARECHAL

Intervenção estrangeira na
Revolta da Armada

3ª edição



Brasília – 2017

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
André Luiz Ventura Ferreira
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Capa:

Angelo Agostini. Revista Illustrada, n. 666, 1893.

Revolta de 6 de Setembro de 1893. Aspecto da baía do Rio de Janeiro no dia 13 de Setembro, durante o bombardeio entre as fortalezas e os navios revoltosos.

Impresso no Brasil

C837 Costa, Sergio Corrêa da.

A diplomacia do Marechal : intervenção estrangeira na Revolta da Armada / Sergio Corrêa da Costa. - 3. ed. - Brasília : FUNAG, 2017.

494 p. - (História diplomática)

ISBN 978-85-7631-708-1

1. Primeira República (1889-1930). 2. Brasil. Presidente (1891-1894 : Floriano Peixoto). 3. Revolta da Armada (1893-1895) - Brasil. 4. Política externa - Brasil. 5. Diplomacia - Brasil. 6. Defesa nacional - Brasil. 7. Gama, Luiz Philippe de Saldanha da, 1846-1895. - atuação. 8. Intervenção estrangeira. 9. Revolta da Esquadra (1910) - Brasil. I. Título. II. Série.

CDD 981.05

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

*A República não pode periclitare
em minhas mãos.*

Florianô Peixoto

A lógica, assim como a justiça dos fatos, autorizaria que se procurasse, à força das armas, repor o governo do Brasil onde estava a 15 de novembro de 1889, quando, num momento de surpresa e estupefação nacional, ele foi conquistado por uma sedição militar de que o atual governo não é senão a continuação.

Saldanha da Gama
(Manifesto de 7 de dezembro de 1893)

Capítulo V

O PAPEL DAS ESQUADRAS ESTRANGEIRAS

Poucos eram os navios estrangeiros ancorados na baía quando rebentou a revolução: um francês, o cruzador *Aréthuse*; três ingleses, o cruzador *Sirius* e as canhoneiras *Beagle* e *Racer*; o cruzador italiano *Bausan* e a corveta portuguesa *Mindelo*.

Na mesma manhã de 6 de setembro, o almirante Coelho Neto, chefe do estado-maior da Armada, visitou os comandantes desses navios, cujo apoio moral solicitou no sentido de evitar o bombardeio do Rio e os consequentes prejuízos para a vida e o comércio dos nacionais e estrangeiros. Simultaneamente, o vice-presidente da República convidou, para uma conferência, no Itamaraty, os representantes das potências que aqui tinham forças navais ou proximamente as teriam.

O convite não foi aceito. Os diplomatas, reunidos, deliberaram manter uma “estrita reserva” em relação aos acontecimentos políticos no Brasil. Não queriam, como declarou o ministro italiano, tomar atitudes que pudessem ser interpretadas como “atos de ingerência” nos negócios internos do país. Cruzaram prudentemente os braços.

* * *

Soberano, de fato, na baía, o chefe rebelde dita leis que os comandantes estrangeiros são forçados a acatar. Em nota coletiva, “contestam ao senhor contra-almirante Melo” semelhante direito. Mas, na falta de instruções positivas, não se sentem autorizados a uma reação militar.

Custódio concorda em dar-lhes aviso prévio das operações que projetasse. Não fixaria, porém, nenhum prazo para a entrada ou saída dos navios estrangeiros, em segurança, pois os canhões governistas do Castelo e de São Bento ativaram sobre a esquadra, em horas indeterminadas e sem a menor provocação. Só não bombardearia a capital se esta se abstivesse de qualquer hostilidade contra as forças do seu comando. Estava firmemente decidido “a responder aos insultos dos canhões de terra com a artilharia de bordo”.

Em vista disso, instados pelos comandantes de suas respectivas nações, os ministros da Inglaterra, da Itália, de Portugal e da França pleitearam e obtiveram do governo brasileiro a promessa de que suas peças só abririam fogo se a esquadra viesse a hostilizar a cidade.

E quando Melo determinou que os navios mercantes estrangeiros fundeassem entre a ilha das Enxadas e o fundo da baía, para facilitar a verificação das cargas e impedir o desembarque de armas e munições para o governo, os comandantes, mais o alemão Hofmeyer, enviaram-lhe incisivo protesto. Melo respondeu no mesmo tom. Seria vicioso discutir se lhe assistia ou não o direito de visita e de apreensão. Essa faculdade derivava de “uma questão de fato”. Ainda não fora, é verdade, reconhecido beligerante, mas como o “marechal Peixoto não podia exercer, na baía, nenhum direito de soberania, exercia-o ele, como brasileiro que tinha em suas mãos o controle militar do porto”.

Os comandantes julgaram aconselhável não replicar à nota e manter, apenas, uma atitude de atenta vigilância dos interesses de seus nacionais.

A 21 de setembro, o almirante revelou a sua intenção de arrasas as docas da Alfândega por lá estarem preparando um pequeno vapor, dotado de aparelho lança-torpedos, para ser, em breve, utilizado contra a esquadra. Ao corpo diplomático, que lhe fez ver os graves prejuízos que o bombardeio traria aos súditos das nações neutras, o ministro do Exterior declarou ser absolutamente falsa a alegação.

Mas não houve tempo de se transmitir esta resposta ao almirante Melo. No dia 25, o *Aquidabã* tomou posição entre a ilha das Cobras e o arsenal de Marinha e iniciou o bombardeio, respondido pelas baterias dos morros de São Bento e Saúde.

* * *

A 29, agravou-se a tensão. O chefe rebelde participou ao almirante francês que no dia seguinte iniciaria operações em grande escala contra Santa Cruz. E se os canhões de terra tentassem atirar, em auxílio da fortaleza, seria inevitável o bombardeio do Rio de Janeiro.

Reunidos a bordo da fragata *Aréthuse*, os comandantes estrangeiros procuraram um meio de oferecer aos súditos de suas nações uma proteção eficaz em caso de pânico. Rejeitada a proposta do almirante francês no sentido de ocupar militarmente os consulados, o que redundaria em dispersão das forças, chegaram a um acordo: organizar uma brigada internacional composta de setecentos e cinquenta homens, com treze bocas de fogo, sob o comando de Augusto de Castilho. Protegida pelos navios menores, tais como a *Mindelo*, *Racer*, *Beagle* e *Veniero*, a brigada desembarcaria para ocupar a linha do cais, a fim de dar cobertura aos estrangeiros que quisessem deixar o Rio de Janeiro.

* * *

A cidade aguardou o raiar do dia 30 com ansiedade febril. Na baía, os rebeldes ultimam os preparativos. Desde cedo, movimentam-se o *Aquidabã*, o *Javari*, o *Guanabara* e o *Trajano*, em formação de batalha. E não haviam soado duas da tarde quando partiu do navio-chefe a ordem de fogo. Segundos depois, as salvas da esquadra cobrem de metralha as fortalezas da barra. Estas respondem ativamente e o duelo assume proporções ameaçadoras.

Em terra, espalha-se a notícia de que, dentro em pouco, os canhões rebeldes se voltarão contra a cidade. O pânico é inevitável. Todos querem deixar o Rio e correm desatinados pelas ruas. As gares da Central do Brasil são tomadas de assalto pela multidão. Contam os jornais da época que “era dolorosíssimo o espetáculo que se observava. Homens, mulheres, velhos e crianças, atropeladamente, descalços, extenuados, atiravam-se de encontro às portas dos trens, abriam-nas alucinadamente e deixavam-se cair sobre os bancos. Outros, agarrados às plataformas, iam por aí além, sem destino, em procura de um refúgio”.

Mas o dia passou e silenciaram os canhões da esquadra. Sobre o Rio de Janeiro não caíra um só obus. Nas elevações da cidade, continuavam mudos os canhões do governo.

* * *

Durante os tumultos do dia 30, dera-se um lamentável incidente provocado pelo ministro da Inglaterra e pelo encarregado de negócios da França.

Impressionados pela ameaça de bombardeio, vários diplomatas estrangeiros haviam ordenado o fechamento dos consultados e aconselhado aos seus nacionais o abandono da cidade. Outros indicaram como ponto de refúgio, em caso de desordens, a praça Quinze de Novembro, junto ao cais Pharoux, onde ficaria

estacionada a brigada internacional. Mas as legações da França e da Grã-Bretanha foram mais longe. Não se limitaram a conselhos verbais. Afixaram avisos à porta dos consulados recomendando que, em caso de saque ou anarquia, corressem ao largo do Paço, onde seriam protegidos pelas forças da esquadra estrangeira.

Diante do alarme provocado por esses editais, o governo declarou, publicamente, dispor de todos os elementos para manter a ordem e anunciou a pena de fuzilamento imediato para todo aquele que atentasse contra a propriedade particular.

O próprio almirante Melo indignou-se com a resolução dos comandantes. E teve a altivez de declarar que seria o primeiro a vir para terra repelir o desembarque das forças estrangeiras.



Capítulo VI

INÍCIO DA INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

Em fins de setembro de 1893, o ministro do Exterior da Inglaterra, Lord Rosebery, conseguiu a adesão de Portugal, França, Itália, Holanda e Estados Unidos a um pronunciamento coletivo em defesa do Rio de Janeiro.

Somente o ministro alemão, conde de Luxbourg, se esquivou ao convite inglês. Os “princípios superiores de humanidade”, invocados pelo estadista britânico, não constituíam, a seu ver, título suficiente para sustar um bombardeio. Como ministro do Reich, cumpria-lhe, apenas, zelar pelos interesses estritamente alemães. E assim fez. Quando o governo brasileiro tentou examinar a escrita de um banco alemão, onde o chefe rebelde mandara descontar, de seu crédito, vários cheques ao portador, o conde frustrou a tentativa mandando para bordo de seus navios o arquivo e os fundos do banco.

* * *

Em 2 de outubro, teve início a intervenção. Os comandantes estrangeiros informaram Melo de que se oporiam, inclusive pela força, ao bombardeio da cidade, e os diplomatas lembraram ao governo brasileiro que esta intimação só se tornaria efetiva se o

marechal Floriano afastasse dos revoltosos qualquer pretexto de hostilidade contra a capital.

O governo assumiu, de bom grado, esse compromisso, que lhe assegurava, de certo modo, a posse militar do Rio de Janeiro. Inatacável em sua sede, poderia organizar a resistência nos Estados e recrutar, tranquilamente, poderosos elementos de combate.

O chefe rebelde replicou com firmeza e arrogância. Não tinha o menor desejo de hostilizar a cidade, mas, uma vez que o Marechal a havia transformado em praça de guerra, ordenando o fuzilamento de cidadãos e artilhado as elevações que dominam a baía, não se poderia negar à esquadra o direito de responder ao ataque ou ao fogo de terra ou mesmo de operar um desembarque armado. E, concluiu, era tal a sua consciência desse direito que não receava as “consequências que da sua atitude pudessem resultar”.

* * *

Faltava aos comandantes estrangeiros superioridade militar definida sobre os revoltosos. Um encontro poderia redundar, inclusive, em desastre irremediável para as suas divisões. Por isso, a firmeza da resposta de Melo fez com que se sentissem à beira de uma “gravíssima extremidade”. Haviam sido, talvez, como escreveria o comandante português, “um pouco precipitados”. Urgia obter do governo garantias mais positivas. Assim, reuniram-se de novo a bordo da *Aréthuse*, no dia 4, e resolveram instar com o corpo diplomático para que ponderasse ao Marechal a “urgente e indispensável” retirada das baterias da cidade. Caso contrário, ver-se-iam na contingência de anular a intimação feita ao contra-almirante Melo.

Floriano e seu ministro do Exterior declararam-se “penosamente surpreendidos”. De modo nenhum, as palavras *enlever tout prétexte* poderiam envolver a obrigatoriedade de retirada das peças. A súbita exigência representava, não só apoio moral

ao chefe da revolta, como quase implicava no reconhecimento da sua beligerância. O Marechal ordenaria a retirada dos canhões, mas deixaria sobre os “Srs. Comandantes e Representantes a responsabilidade das consequências do seu novo procedimento”.

A imposição era excessiva e injustificável. Se o objetivo era dar ao Rio o caráter de *cidade aberta*, não o alcançavam com a simples retirada das peças. Em face do Direito Internacional, o que expõe uma cidade ao bombardeio não é a existência de fortificações, mas a *intenção de defesa e de resistência*. Esse elemento, de ordem moral, é que lhe determina o *status*. A rigor, portanto, o Rio não deixou de ser *cidade fechada* uma vez que o governo jamais abdicou do propósito de defender-se e resistir. A situação criada era *sui generis*, à margem das praxes internacionais.

A declaração do governo de que tiraria aos rebeldes “todo pretexto de hostilidade” contra a capital era suficiente. A exigência diplomática não passou de uma superfetação de força e de indefensável arbitrariedade.

Este entendimento das potências estrangeiras com o almirante Melo e o governo tomou o nome de *Acordo de 5 de outubro*.

Iniciava-se uma nova fase da luta. Durante três meses, o Rio assistiria a um permanente duelo de artilharia entre os rebeldes e as fortalezas do governo, sob as vistas da esquadra estrangeira, arvorada em juiz supremo da pendência. Colocado entre a revolução e o Itamaraty, o poderoso mediano resolveva as desinteligências diárias, julgava reclamações e apontava, em cada caso, a origem da provocação ou da violação do acordo.

Capítulo XXII

A DOCTRINA DE MONROE E A REVOLTA DA ESQUADRA

No começo da revolta, contrastando com a dubiedade de certas potências, a atitude do governo dos Estados Unidos foi de correção impecável.

Quando o contra-almirante americano Oscar F. Stanton, chegado ao Rio a bordo do cruzador *Newark*, em 30 de outubro de 1893, trocou salvas com os rebeldes, visitando e recebendo o almirante Melo, na forma do cerimonial marítimo, o governo americano prontificou-se a dar plenas e francas satisfações.

O secretário de Estado, Mr. Gresham, depois de conferenciar com o residente Cleveland, recebeu o representante do Brasil na presença do ministro da Marinha, Mr. Herbert. Este, após lamentar o incidente, declarou que, além da nota do Departamento de Estado à Legação do Brasil, reprovando o procedimento do contra-almirante, expediria imediatamente um cabograma a Stanton comunicando-lhe esta decisão.

Não, acudiu Gresham, o presidente entende que isto não basta e que V. Excia. deve, incontinentemente, retirar Stanton do comando da nossa divisão no Rio de Janeiro para que não paire a menor dúvida de que desaprova o seu procedimento. Notas! Nem o Sr. Mendonça vai publicar a minha nem Stanton publicará a sua reprimenda. E é preciso que se saiba como pensamos nesta conjuntura. É duro para um oficial com tantos anos de serviço como Stanton, mas também já tinha tempo de ter aprendido o ofício.

* * *

Destituído por telegrama do dia 26, o almirante Stanton passou o comando ao capitão de mar e guerra Henry Picking, do cruzador *Charleston*, e regressou aos Estados Unidos a bordo do paquete inglês *Thames*.

A demissão de Stanton, afirmou o *New York Herald*, é prova da atitude do presidente Cleveland “em favor da legalidade no Brasil, representada pelo governo do marechal Floriano Peixoto”.

Acresce notar que o almirante era amigo pessoal de Cleveland.

* * *

Vários oficiais da divisão naval americana, por intermédio do comandante José Carlos de Carvalho, intercederam junto a Floriano em favor do seu antigo chefe. O Marechal prontificou-se a atender esse desejo e enviou a Cleveland, no dia 15 de novembro, o seguinte telegrama:

Aguardei este dia, aniversário da proclamação da República brasileira, para cumprimentar V. Excia. e agradecer a solicitude do vosso governo com relação à conduta do Almirante Stanton. Peço o releveis da pena militar, por entender sua

*exoneração imediata corretivo bastante para tão distinto marinheiro*³³.

Ficou, assim, definitivamente encerrado o incidente.

* * *

Sem um só navio para enfrentar a esquadra revolucionária, o Marechal entabulou *démarches* junto ao governo americano para a compra do cruzador *Charleston* ou do *Newark*.

O momento, porém, não era propício. Premido pela opinião pública, que exigia, instantaneamente, o aumento da Armada, o Congresso americano negaria, por certo, ao Executivo, a autorização indispensável para a transferência.

Não desanimou, diante do empecilho, o nosso ministro em Washington. Ao secretário de Estado, Mr. Gresham, descreveu, em cores vivas, o perigo de continuar o governo legal desarmado no mar e privado, assim, de vencer uma revolta que ameaçava os fundamentos constitucionais da República. O desejo de sustentar a República nascente contra os inimigos que a queriam derrubar, insistiu Mendonça, talvez decidisse o congresso a votar a autorização.

Gresham não tardou em encontrar uma fórmula engenhosa. Se o governo americano não podia vender navios da Armada, poderia fazer melhor: pô-los ao lado do governo do Brasil. E esclareceu: as principais nações da Europa estavam prontas a cooperar com ele numa intervenção que pusesse fim à revolta da esquadra brasileira. Para tanto, só faltava a aquiescência do governo brasileiro. Que telegrafasse ao Marechal pedindo-lhe, como sinal de assentimento, uma lista dos navios rebeldes e dos navios de guerra estrangeiros

33 O telegrama foi lido, no original, pelo próprio José Carlos de Carvalho, então deputado pelo Rio Grande do Sul, na sessão de 23 de agosto de 1907, na Câmara Federal.

então surtos no Rio de Janeiro. Bastaria esta simples senha para provocar a intervenção.

Mas o cabograma ficou sem resposta. Em vez de senha, Floriano ordenou a Mendonça que tratasse de comprar armas e munições. O governo estava disposto a debelar a rebelião com os seus próprios recursos e não transigiria, por nenhum preço, com a soberania nacional.

* * *

Antes desse entendimento com Mendonça, já Gresham havia conferenciado com o presidente Cleveland sobre a situação política do Brasil. Na sua extrema solicitude para com o governo do Marechal, o presidente chegara mesmo a sugerir a imediata intervenção dos Estados Unidos antes que os europeus a impusessem aos brasileiros. E só veio a aquiescer, em princípio, ao plano de intervenção coletiva quando as nações da Europa declararam oficialmente não desejarem senão o restabelecimento da ordem e da paz no Brasil.

Cleveland imaginara, por outro lado, oferecer-se como mediador na pendência, projeto logo abandonado por implicar no prévio reconhecimento dos rebeldes como beligerantes.

Em 16 de outubro, Mendonça discutiu com Gresham a oportunidade da expedição de uma nota-circular às cortes da Europa declarando que qualquer intervenção nas lutas domésticas do Brasil seria considerada pelo governo dos Estados Unidos como violação da doutrina de Monroe.

O presidente Cleveland aprovou a sugestão e declarou-se pronto a subscrever a circular se a Europa, por um ato qualquer, a justificasse.

* * *

No começo de novembro, nova tentativa de intervenção no caso brasileiro. Sir Julian Pauncefote, embaixador da Grã-Bretanha em Washington, prometeu a Gresham o apoio tácito de seu governo se o presidente Cleveland se resolvesse a terminar a luta na baía do Rio de Janeiro tratando os revoltosos como piratas.

A Mendonça declarou Gresham que o governo americano estava disposto a dar esse passo, mas que não o faria sem o consentimento do Marechal, por ter de operar em águas territoriais brasileiras.

Em telegrama do dia 4, Mendonça consultou o marechal:

Se aceitais bons ofícios governo americano para intimidar Melo a render-se, e, caso ele recuse, consentir que esquadra americana, com apoio tácito inglês trate Melo como pirata em nossas águas territoriais autorizai-me tratar aqui. Este governo em qualquer caso há de pedir garantia vida seus prisioneiros. Respondei Washington³⁴.

Este cabograma, também, ficou sem resposta. Floriano continuava disposto a esmagar a revolta com as suas próprias mãos.

* * *

Sentiu Mendonça, a seguir, que se operava notável mudança no ânimo do governo americano. Gresham já não se abria com ele como até então e o Itamaraty passou a queixar-se de que o ministro americano no Rio “andava a reboque do ministro inglês”. A diplomacia europeia começava a influenciar tanto Gresham, em Washington, quanto Thompson, em Petrópolis.

O Sr. Augusto Belmont, membro influente do Partido Democrático e representante, nos Estados Unidos, da casa Rothschild, procurou Mendonça no Hotel Brunswick, em Nova York, para

34 As palavras em destaque foram cifradas.

mostrar-lhe uma carta em que os poderosos banqueiros londrinos perguntavam o que pretendia fazer o governo norte-americano no caso de serem os próprios brasileiros os restauradores da monarquia. A carta acrescentava que nenhum governo europeu pretendia empenhar-se nessa tarefa, mas que todos eles, desejosos de ver restabelecida a paz no Brasil e com ela a corrente usual do comércio, veriam com prazer a volta do regime que, por tantos anos, fora garantida da ordem nesse país, onde os interesses norte-americanos eram em tudo análogos aos interesses europeus.

Essa carta desvendou a Mendonça as vistas do Foreign Office. Lord Rosebery, casado com uma Rothschild, trazia os banqueiros sempre bem informados.

Dias depois, o nosso ministro soube que Belmont conferenciara com Gresham e sentiu que a situação se agravava cada vez mais.

Quando Gresham mandou chamá-lo, em 18 de dezembro, para transmitir-lhe as queixas do comandante da divisão naval americana surta no Rio de Janeiro, a respeito do ancoradouro dos navios mercantes, Mendonça compreendeu que não se havia enganado. O governo americano, perdida a esperança na vitória de Floriano, começava a comparar o caso brasileiro à revolução contra Balmaceda, no Chile.

Segundo informações daquele comandante, disse Gresham, em tom pouco conciliador, o governo brasileiro, depois de haver ordenado que os navios mercantes saíssem do ancoradouro entre a ilha das Cobras e das Enxadas e fossem para o fundo da baía, ali lhes recusava saveiros para descarga e queria agora obrigá-los a retornarem ao primitivo ancoradouro, metendo-os na linha de fogo, com evidente intuito de transformá-los em anteparos contra os ataques do mar. O governo americano, acrescentou, estava pouco resolvido a submeter-se a tais veleidades.

Mendonça respondeu-lhe com moderação e calma: a designação do novo ancoradouro havia sido ditada pela ameaça de bombardeio da cidade, eventualidade a que o governo teria de fazer face com a artilharia de terra; e fora justamente para retirar os navios da linha de fogo que o governo os mandara para o fundo da baía. Não se tendo, porém, efetivado a ameaça, fora ordenada a volta ao ponto onde era mais fácil a descarga. Adicionou, ainda, que o serviço de saveiros era feito por empresas particulares e não pelo Estado que, obviamente, não podia ter outro interesse senão facilitar a descarga das mercadorias, não só para o abastecimento da cidade como também para a arrecadação das rendas públicas.

Gresham não se deu por satisfeito. E só a custo consentiu em esperar alguns dias antes de responder ao comandante da divisão naval.

Ao receber informações mais precisas do Rio, Mendonça levou-as ao secretário de Estado.

– “Aquele Peixoto dos senhores perdeu a cabeça!”, exclamou Gresham, mal humorado, ao vê-lo entrar em seu gabinete.

– “Isso de perder a cabeça parece mais epidemia de governos”, retrucou Mendonça imediatamente, referindo-se aos ataques sofridos pelo governo americano, nesse e em dias anteriores, por ter mandado restaurar a monarquia em Hawai.

Os novos detalhes sobre a mudança de ancoradouro não abalaram a intransigência de Gresham: não podia consentir em que os navios mercantes de sua nação andassem de uma banda para outra, à mercê das conveniências ou caprichos da capitania do nosso porto.

Lembrou-lhe Mendonça, mais uma vez, que o governo brasileiro estava privado de policiar as suas águas territoriais e, até mesmo, limitado no seu direito de defesa pelos governos estrangeiros, pouco respeitadores da sua soberania. Semelhante

estado de coisas, continuou, criava situações que não podiam ser solvidas pelas normas ordinárias do direito internacional. Não era, portanto, razoável que um governo amigo, como o dos Estados Unidos, viesse aumentar-lhe as dificuldades em tão premente emergência.

Interrompeu-o Gresham, sempre mal-humorado: de tal situação não sairia o governo do Marechal, pois a vitória dos rebeldes parecia certa e ele não queria cometer o erro do Sr. Blaine, em relação ao Chile, e ver-se depois a braços com a má vontade dos revolucionários vencedores.

– “Aí é que está o seu engano”, acudiu Mendonça. A República nunca seria suplantada no Brasil por meia dúzia de especuladores políticos que, ajudados por governos estrangeiros, jamais contariam com o apoio da nação.

Com sua acentuada entonação nasal, respondeu Gresham que nada tinha a ver com as lutas intestinas do Brasil e que ia expedir ordens ao comandante da divisão naval para não permitir a volta dos navios mercantes americanos ao antigo ancoradouro.

Num minuto, o diplomata brasileiro percebeu o alcance e as fatais consequências deste passo. E resolveu, como recurso extremo, mudar de tom e falar com ousada franqueza. Era a última cartada e Mendonça sentiu que tudo dependia dela.

– “Melhor seria”, começou, “para pôr-se bem com os rebeldes reconhecê-los logo como beligerantes, tomando assim clara e digna a sua atitude com governo neutro”.

Gresham acendeu um charuto e pôs-se a ouvi-lo.

Mas, se depois que V. Excia. tiver reconhecido a beligerância, vier a constatar que apenas caiu num laço armado artiosamente pelos ingleses, e se estes tomarem a atitude que V. Excia. vai agora abandonar, não se queixe de que não o avisei. O que está se passando na baía do Rio, neste

momento, entre os governos estrangeiros ali representados, assemelha-se a um jogo em que os parceiros marcam as cartas e pretendem lograr-se uns aos outros. Até agora V. Excia. tem estado com boa mão e, se não estivesse tão mal informado pelos seus agentes no Brasil, ganharia por certo a partida.

Interrompeu-o Gresham para perguntar como sabia ele das informações que lhe davam os seus agentes no Brasil.

Para subentendê-las, respondeu Mendonça, bastava-lhe o fato de estar o comandante da divisão naval americana no Rio fazendo o jogo do comandante inglês, cujo ministro, por sua vez, levava a reboque o ministro americano.

Quer V. Excia. saber como ganharia a partida? Ordenando ao Sr. Picking (comandante americano) que rompesse o bloqueio com que os rebeldes pretendem embaraçar o governo e que, efetivamente, está se tornando sério. Os ingleses não podem senão seguir o seu exemplo, porque se não o fizerem e quiserem assistir de braços cruzados a que só os norte-americanos descarreguem e carreguem livremente os seus navios no porto do Rio de Janeiro, a indignação dos armadores e comércio ingleses há de levantar tamanha grita na Inglaterra que há de forçar a mão ao Sr. Rosebery. Por outro lado, se V. Excelência aceder às sugestões de Thompson e Picking, o mais que pode fazer é colaborar na tentativa de mais uma restauração monárquica. Não acha, Sr. secretário de Estado, que duas tentativas de restauração monárquica são demais para uma só administração democrática?

– “O Sr se esquece, disse Gresham, em tom convicto, de que esta administração é uma administração forte”.

– “A minha experiência de mais de 18 anos neste país, retrucou Mendonça, ensinou-me que há uma coisa mais forte do

que esta administração: a opinião pública, que nunca há de aprovar tamanho erro”.

– “Tem razão, tem razão”, repetiu Gresham por entre violentas baforadas do seu charuto. Levantando-se, perguntou se podia reproduzir a conversação ao presidente.

“Claro”, responde Mendonça, que se despede com um vigoroso aperto de mão.

* * *

Uma hora depois, a chamado de Gresham, retorna Mendonça à Secretaria de Estado. Recebe, então, duas notícias sensacionais: o presidente Cleveland acabava de recusar a Saldanha o reconhecimento de beligerante que já havia recusado a Custódio de Melo; e ia ordenar ao contra-almirante Benham, então na ilha da Trindade, que seguisse a toda velocidade para o Rio de Janeiro, a fim de romper o bloqueio rebelde.

Quanto ao Sr. Thompson, prosseguiu Gresham, receberia ordem de descer de Petrópolis para ficar mais perto do governo da República do que do corpo diplomático europeu.

Mendonça exultou. Estava ganha a batalha diplomática.

* * *

Daí para diante, tudo correu bem para o Brasil nos Estados Unidos. Quando, em 7 de fevereiro de 1894, o governo brasileiro informou-o de que os membros do corpo diplomático residentes no Brasil haviam aconselhado aos seus governos o reconhecimento dos rebeldes como beligerantes, Mendonça não pareceu incomodar-se demasiado. Tinha, agora, confiança absoluta na lealdade do governo de Washington. E não se enganava. A nota tentativa da coligação diplomática no Rio de Janeiro serviu apenas para ditar a declaração feita em Londres, a vários governos europeus, de que o governo dos Estados Unidos jamais reconheceria direitos

de beligerantes aos oficiais de marinha brasileiros que se tinham colocado fora da lei no seu próprio país.

A Sir Julian Paunceforte e ao barão Sava, embaixadores da Grã-Bretanha e da Itália, que tentaram um último assalto a Gresham, em fevereiro, declarando-lhe que seus governos pareciam dispostos a conceder o reconhecimento e a respeitar o bloqueio que se tornará efetivo, respondeu o secretário de Estado que romperia esse bloqueio a bala, se fosse necessário.

* * *

Em todos os seus atos posteriores, mostrou Gresham extrema solicitude para com o governo do marechal Floriano apoiando-o na questão do asilo e protegendo, firme e lealmente, os súditos brasileiros em Portugal, depois do nosso rompimento de relações, com o governo de Lisboa.

* * *

No dia 22 de dezembro de 1894, comemorando o primeiro aniversário da ordem dada a Benham de vir ao Rio romper o bloqueio dos rebeldes, Mendonça ofereceu imponente jantar na Legação do Brasil. E o gabinete americano compareceu, incorporado, numa prova eloquente de consideração pelo governo brasileiro³⁵.

35 Este capítulo se baseia inteiramente na correspondência do ministro do Brasil em Washington com a Secretaria de Estado e com a chancelaria dos Estados Unidos.

Capítulo XXVI

INTERVENÇÃO INGLESA NA REVOLTA

Como já visto, o Rio de Janeiro esteve, durante o primeiro mês da revolta, inteiramente à mercê dos canhões da esquadra. À Inglaterra coube a iniciativa de provocar um pronunciamento coletivo em favor da cidade, a fim de salvaguardar as vidas e os interesses comerciais estrangeiros.

Sob os auspícios de Lord Rosebery, firmou-se o chamado *acordo de 5 de outubro*, que deu ao Rio o caráter de *cidade aberta*. Os rebeldes foram intimados a não hostilizar a capital e o governo assumiu o compromisso de desmontar as baterias.

Quando a fortaleza de Villegaignon se pronunciou pela revolta, o marechal Floriano apelou para o *obsequioso concurso* do ministro inglês no sentido de conseguir a inclusão da mesma nos termos do acordo. Sir Hugh Windham, prontamente, se pôs em contato com os comandantes estrangeiros e com o almirante Melo obtendo, deste, pronta e formal aquiescência. E Floriano, por intermédio de seu ministro do Exterior, Carlos de Carvalho, apressou-se em agradecer, de modo especial, tão oportuna intervenção.

* * *

Mais tarde, em março de 1894, a Inglaterra lembraria o serviço prestado. Tendo o governo brasileiro reclamado ao de Portugal a entrega dos rebeldes refugiados a corvetas portuguesas, a Inglaterra aconselhou o Marechal a não insistir na exigência, a seu ver, “excessivamente impolítica”. E disse sentir-se autorizada a tanto “à vista do fato de ter impedido o bombardeamento da capital, ajudando, assim, materialmente, ao governo federal”.

* * *

Não obstante, no decorrer da revolta, o ministro de Sua Majestade Britânica adotaria atitudes simpáticas aos insurgentes e, mais de uma vez, seria acusado de franca parcialidade em favor dos mesmos.

Duas semanas depois da amistosa interferência de Sir Hugh Windham na questão de Villegaignon, já o Itamaraty denunciava ao nosso representante em Washington a intromissão inglesa.

O secretário de Estado confirmou-a plenamente, baseado em expressivo cabograma do seu representante no Rio de Janeiro.

Esta comunicação vale por uma prova de que o governo brasileiro não forjou acusações para poder invocar o auxílio americano em nome da doutrina de Monroe.

* * *

A Comissão nomeada pelo governo para averiguar as causas das explosões no Matoso e em Mocanguê-Grande, chegou a conclusões positivas sobre as intromissões de ingleses nos acontecimentos:

1) – A ilha das Enxadas, mesmo depois da entrada de Saldanha, era o “centro de reunião de oficiais ingleses”;

2) – Em 13 de março, data da capitulação dos rebeldes, uma força britânica, nas Enxadas, protegeu-lhes a retirada e forneceu-lhes botes, lanchas, escaleres e até o transporte das bagagens para bordo das corvetas portuguesas;

3) – Desembarcaram, na ilha, durante a luta, balas, pólvora e medicamentos;

4) – O médico-chefe da divisão naval inglesa, bem como seu ajudante, Harrison, haviam servido, durante longo tempo, no hospital de sangue dos revolucionários, onde foram encontrados quando os legais ocuparam a ilha das Enxadas;

5) – Durante um dos bombardeios, o comandante do *Racer* ou o do *Sirius*, levado pelo entusiasmo, “disparou tiro com bala alvejando o forte de Santa Cruz”;

6) – Em poder do Dr. Porciúncula, governador do estado do Rio, existem duas balas, atiradas contra Niterói, tendo gravadas as coroas desse país.

A comissão, integrada pelo coronel Manoel Joaquim Godolphim, major Vitorino Maciel, capitão Jerônimo Vilela e tenentes Tomé Barbosa Peixoto e Alfredo Eduardo Nogueira, assim concluiu o seu relatório oficial:

Está plenamente provado para nós e é juízo nosso que os súditos ingleses, sempre se colocaram, desde o início da luta, ao lado de brasileiros que, por força de lei, foram considerados piratas. A dedicação foi tal que, não satisfeitos com adestrarem os revoltosos no manejo das armas e na mira das suas máquinas de guerra, os ingleses ainda davam-lhes medicamentos e, mais do que isso, colocaram ao seu serviço um cirurgião inglês.

* * *

Dos estados chegaram, igualmente, acusações à Inglaterra. Uma das primeiras, das autoridades de Vitória, Espírito Santo, data de 7 de outubro:

“Navios ingleses aqui protegem interesses monárquicos. Providências”.

* * *

A imprensa inglesa, de modo geral, era simpática aos revolucionários. *The Western Press* achava que a restauração da monarquia era o remédio único para o caso brasileiro. “Mas onde se há de buscar novo imperador?”, indagava. O problema não parecia fácil. A princesa Isabel, casada com um francês, tinha poucos partidários. O neto de D. Pedro II ainda era criança demais. Como fazer? E a solução ocorria, afinal, aos jornalistas: eleger outro soberano qualquer fora da casa de Bragança. Sim, diziam, “reis e imperadores existem em toda parte. O rei da Grécia é um monarca eleito. O príncipe da Bulgária foi escolhido pelo povo”.

Mais além, perguntavam: “Seria inteiramente impossível que uma pressão internacional determinasse essa situação? Não. As obrigações financeiras do Brasil para com o Velho Mundo poderiam preparar o caminho para uma intervenção europeia”⁴⁰.

O *Standard* ocupava-se, também, assiduamente, com o problema. O Brasil precisava de um chefe capaz e energético, “an able, masterful Ruler”. Mas que viesse de outro *stock* que não o dos Braganças. Um príncipe alemão, por exemplo.

Estamos certos de que ele contaria com o leal apoio de seus compatriotas do Rio Grande do Sul. Estes têm sido a cabeça e a alma da rebelião contra os ditadores e contra a corrupção do Rio e nenhum general pode alimentar a esperança de uní-los à República Federal, seja por bem, seja pela força. Mas acompanhariam um príncipe alemão. Mesmo que, então, o Sul tivesse de conquistar o Norte, a unidade seria restaurada.

A *Pall Mall Gazette*, em 22 de setembro de 1893, assegurava que Floriano “regia o país com um despotismo militar até então

40 *The Westburn Press*, de 21 de setembro de 1893.

desconhecido”. E não trepidava em augurar gostosamente a queda do regime republicano:

Ao ver que, sob o Império, o Brasil gozou de uma larga prosperidade e esteve isento das revoluções que constantemente paralisam as empresas da América do Sul, os melhores amigos do Brasil e aqueles mais intimamente interessados no seu progresso, fazem votos para que se efetue a restauração da monarquia.

* * *

Amparado por Sir Hugh Windham, o súdito inglês Charles E. Ackers pediu a autorização do governo brasileiro para socorrer os enfermos e feridos das forças rebeldes e trabalhar para esse fim sob a proteção da bandeira da Cruz Vermelha. Comprometia-se a não abusar, de nenhum modo, das imunidades que lhe fossem concedidas e a não auxiliar o partido revolucionário com a transmissão de notícias ou por qualquer outra maneira, pois o seu único objetivo era “aliviar”, tanto quanto possível, a situação desses infelizes feridos.

Floriano repeliu secamente a proposta. Os hospitais do governo bastavam para os seus militares feridos e para os revoltosos, que seriam recebidos e tratados em perfeita igualdade de condições. O que não podia era permitir o estabelecimento de hospital sob a proteção da Cruz Vermelha “porque esta, entre nós, não era mais que uma associação com intuítos de exploração política”.

* * *

Autorizado pelo contra-almirante Pinto da Luz, capitão do porto do Rio de Janeiro, o comandante das forças navais inglesas, W. M. Lang, tentou exercer a polícia sanitária do ancoradouro em virtude da irrupção da febre amarela.

A disposição de Saldanha de ir até ao emprego da força para impedir tamanho atentado à soberania nacional fez com que os ingleses terminassem por desistir do seu intento⁴¹.

Finda a revolta e asilados os rebeldes nas duas corvetas portuguesas, o governo brasileiro pediu ao governo inglês que auxiliasse a nossa Legação em Lisboa a obter a entrega dos refugiados.

Em nota de 21 de março de 1894, Sir Hugh Windham transmitiu a resposta de Lord Kimberley, principal secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

“o governo britânico não podia anuir ao pedido porque a Inglaterra não entregaria indivíduos refugiados a bordo de navios de Sua Majestade em circunstâncias semelhantes”. Mas fazia ver, isso sim, que seria “excessivamente impolítico da parte do governo federal insistir na exigência feita ao de Sua Majestade Fidelíssima, porque isso envolveria o governo da República em complicada discussão, não só com o de Sua Majestade, como também com os de outras potências”.

O governo inglês, nessa ocasião, não se limitou a negar a procedência da reclamação brasileira. Foi muito além. Tomando um interesse especial pelo caso, deu mão forte a Portugal e solicitou o apoio de outras potências à recusa portuguesa.

O governo dos Estados Unidos repeliu as gestões inglesas: Portugal dera asilo aos insurgentes em águas territoriais brasileiras, “o que constituía, no modo de pensar da América, ofensa à soberania do Brasil”.

41 Episódio contado por ABRANCHES, *A Revolta da Armada e a Revolução Riograndense*, v. I, p. 27.